Jornal

ANPPREV
SINPROPREV

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS

14ª Edição - junho 2025

Nova procuradora-geral da União, Clarice Calixto, renova compromisso com a transformação e a valorização da AGU

- Atuação da ANPPREV amplia direitos dos procuradores federais da ativa e aposentados p. 05
- Frente Parlamentar impulsiona Advocacia Pública em 2024 e projeta avanços em 2025 p. 08
- Revista ANPPREV de Seguridade Social ganha espaço no cenário acadêmico e amplia alcance internacional p. 14
- Conheça o tema do Congresso ANPPREV-ANAJUR 2025 p. 12
- Relembre como foi o CONPPREV de 2024. p. 24

EXPEDIENTE

CONSELHO EXECUTIVO 2022-2025

Presidente
Maria Santíssima Marques

Vice-Presidente
titular: **Rogério Santos Correia**
suplente: **Marcílio da Silva**

Diretoria de Administração e Conformidade
titular: **Lira Maria Lopes Melo**
suplente: **Roberto Ricardo Mader Nobre Machado**

Diretoria de Finanças e Patrimônio
titular: **Aluizo Silva de Lucena**
suplente: **Patrícia Helena Bonzanini Martins de Sá**

Diretoria de Aposentados, Pensionistas e Serviço Social
titular: **Amélia Cristina Marques Caracas**
suplente: **Renato Paulino de Carvalho Filho**

Diretoria de Comunicação Institucional e Relações Públicas
titular: **Ana Dorinda Carballeda Adsuara**
suplente: **Rodrigo Araújo Ribeiro**

Diretoria de Assuntos Jurídicos
titular: **Eulina de Sousa Brito Dorneles Berni**
suplente: **Carlos Antônio de Araújo**

Diretoria de Planejamento, Projetos e Orçamento
titular: **Antonio Carlos Barbosa**
suplente: **Marisa Cássia Batista de Sá**

Diretoria de Relações Institucionais
titular: **Eni Terezinha Aragão Duarte**
suplente: **Elaine Lustz Portela**

Diretoria de Mobilização e Política de Classe
titular: **José Eduardo Cruz Dias Lima**
suplente: **Rosemary Montenegro Bezerra Marques de Souza**

Diretoria de Eventos e Cultura
titular: **Maria Dolores Oenning Andrade**
suplente: **Maria José Schmall Wolf**

SEDE NACIONAL
SAUS Qd 06, Bloco K
Ed. Belvedere, Grupo IV - Brasília/DF
CEP 70.070-915
(61) 3322-0170

www.anpprev.org.br
anpprev@anpprev.org.br

Jornalismo
Alexandra Lucas
Deividi Lira

Projeto Gráfico e Diagramação
Douglas Neris
Alexandra Lucas

Revisão
Deividi Lira

CARTA AO LEITOR

Caros associados e associadas,

É com enorme satisfação que apresentamos mais uma edição do Jornal ANPPREV, um espaço dedicado a preservar nossa memória institucional, fortalecer a transparência da gestão e, sobretudo, valorizar a trajetória de lutas, conquistas e realizações da Advocacia Pública Federal.

O ano de 2024 foi, sem dúvida, desafiador, mas também extremamente produtivo e vitorioso. Enfrentamos importantes batalhas e, com muito trabalho, conquistamos avanços significativos. Atuamos com firmeza no aumento do subsídio e na correção dos valores dos honorários advocatícios dos aposentados, alcançando um resultado histórico. Avançamos também em pleitos essenciais, como o auxílio-saúde, o auxílio-alimentação, o ressarcimento das anuidades da OAB e o pagamento retroativo das cotas extraordinárias. Cada vitória reflete um trabalho sério, técnico, estratégico e, acima de tudo, coletivo, conduzido com empenho e comprometimento por esta gestão da ANPPREV.

E este ano não poderia ser diferente, pois é o ano que a nossa Associação celebra, em agosto, 33 anos de história. São mais de três décadas marcadas pela defesa intransigente dos direitos dos advogados públicos federais — ativos, aposentados e pensionistas — e por avanços concretos que consolidaram a ANPPREV como uma entidade respeitada, técnica e protagonista. Nossa atuação junto aos Três Poderes, sempre pautada pelo diálogo, pela legalidade e pela busca incessante pela justiça, nos credencia como uma voz legítima da Advocacia Pública Federal.

Com a mesma dedicação, seguimos fortalecendo outro pilar fundamental da nossa trajetória: o conhecimento. Por meio do Centro de Estudos Jurídicos Celso Barroso Leite, promovemos, ao longo do último ano, diversos eventos, seminários e encontros que estimulam o debate qualificado, a troca de experiências e o constante aprimoramento dos advogados públicos federais. São iniciativas que enriquecem nossa atuação, fortalecem a categoria e reafirmam a ANPPREV como espaço de desenvolvimento, valorização e crescimento profissional.

Nada disso seria possível sem o apoio e a participação ativa dos nossos associados e, em especial, dos Diretores e Representantes Estaduais. Eles são a conexão direta entre as demandas locais e as ações nacionais, fortalecendo nossa representatividade e garantindo que a voz da ANPPREV ecoe com legitimidade e força em todos os espaços de decisão.

Seguimos firmes e determinados neste ano de 2025. A defesa da PEC Social, a ampliação dos direitos dos aposentados — com foco na complementação dos valores devidos dos honorários advocatícios — e o fortalecimento da representatividade feminina na carreira, por meio do ANPPREV por Elas, seguem como prioridades absolutas da nossa atuação. Continuaremos, como sempre, presentes e atuantes junto ao Executivo, ao Legislativo, ao Judiciário e à própria AGU, na construção de soluções que assegurem o reconhecimento e a valorização da Advocacia Pública como função essencial à sociedade brasileira.

A você, que caminha conosco, constrói e fortalece essa história, o nosso mais sincero e profundo agradecimento. Este jornal é seu, é nosso, é da Advocacia Pública Federal. Que esta leitura inspire, motive e renove, em cada um de nós, o orgulho de ser ANPPREViano(a).

Com apreço, gratidão e orgulho,

Maria Santíssima Marques
Presidente

Clarice Calixto: Nova procuradora-geral da União segue comprometida com a escuta ativa e a transformação da AGU

À frente da Secretaria-Geral de Consultoria, ela consolidou o diálogo com entidades e impulsionou avanços históricos nas carreiras da AGU

Clarice Costa Calixto, procuradora-geral da União (Foto: Emanuelle Sena/ Ascom AGU)

Ao longo da sua trajetória, a associada da ANPPREV, **Clarice Costa Calixto**, tem sido mais do que uma referência técnica na Advocacia-Geral da União (AGU). Ela é uma líder que construiu pontes, fortaleceu o diálogo com as entidades representativas e trouxe mudanças significativas para as carreiras que integram a AGU. Com sua fala firme, mas sempre aberta ao diálogo, conquistou respeito e admiração dos seus colegas.

Sua passagem pela Secretaria-Geral de Consultoria foi intensa e desafiadora. Em 2024, um dos grandes avanços para as carreiras jurídicas da AGU foi o reajuste linear de 19% nos subsídios, resultado de uma mobilização intensa e de negociações cuidadosas com o Ministério da Gestão e da Inovação. O acréscimo colocou os membros no mesmo patamar remuneratório das demais funções essenciais à Justiça.

"*Foi uma vitória coletiva, fruto de um diálogo intenso e respeitoso com as entidades representativas e a gestão. Havia muitos anos que não tínhamos um reajuste significativo. Foi emocionante ver o impacto desse reajuste, especialmente para os aposentados e os recém-ingressos na carreira*", relembrou Clarice.

Entre os servidores da área técnico-administrativa, a conquista foi também muito expressiva, com um reajuste na gratificação GEATA que, em alguns casos, chegou a 300%.

Comissão de Diálogo com as Entidades Representativas

À frente da Secretaria-Geral de Consultoria da AGU após dois anos, Clarice também deixa um legado de diálogo e construção coletiva. Sua atuação na Comissão de Diálogo com as Entidades Representativas transformou a relação entre a gestão e as carreiras jurídicas da AGU, consolidando um espaço permanente de escuta e negociação. Pela primeira vez, as entidades tiveram voz ativa em um espaço permanente para apresentar demandas, sugestões e críticas, com a segurança de que seriam ouvidas e consideradas.

Mais do que garantir avanços, Clarice Calixto fortaleceu a cultura da participação, promovendo decisões mais transparentes e alinhadas às necessidades dos profissionais

da Advocacia Pública. "*Liderar a Comissão de Diálogo foi uma experiência de muito aprendizado e gratificante. Foi um espaço onde pude ouvir diferentes vozes, buscar consensos e construir soluções de compromisso que, mesmo não sendo consideradas ideais para todos, representaram o melhor caminho possível para as carreiras*", ressaltou.

Nova procuradora-geral da União

Desde fevereiro de 2025, Clarice encara um novo capítulo na sua trajetória: a liderança da Procuradoria-Geral da União (PGU). Para ela, esse é mais um reencontro do que uma novidade.

"*Tenho muito carinho pela PGU, é uma casa onde aprendi muito. Trabalhei tanto na ponta, na PRU3 em São Paulo, quanto na Gestão Estratégica na sede da PGU. E esse é um retorno a uma casa em que fui muito bem recebida e vivi anos muito importantes para o meu crescimento profissional* ", contou entusiasmada.

ANPPREV por Elas

Clarice também carrega um olhar especial para a presença feminina na Advocacia Pública. Ao apoiar a criação do comitê ANPPREV por Elas, iniciativa inédita da Associação, ela reforçou a importância de dar às mulheres espaços de poder e decisão para ocuparem.

"*O ANPPREV por Elas não é apenas um espaço para as mulheres, mas um convite para que todas enxerguem seu potencial e se sintam parte da transformação. A equidade de gênero não beneficia só as mulheres, mas toda a sociedade*", destacou.

Ao olhar para trás, Clarice vê uma trajetória construída com escuta ativa, respeito e a convicção de que é possível transformar a realidade por meio da Advocacia Pública. O seu nome se tornou sinônimo de compromisso, transparência e valorização das carreiras da AGU.

E, agora, ao iniciar um novo ciclo na PGU, ela leva consigo não apenas os aprendizados e conquistas dos últimos anos, mas também a certeza de que ainda há muito a fazer. Afinal, sua história é movida por desafios, e Clarice nunca fugiu deles.

Aluizo Silva de Lucena, diretor de Finanças e Patrimônio da ANPPREV

Conheça os avanços da ANPPREV em 2024 em prol dos associados

Auxílio-saúde e auxílio-alimentação, cálculo de honorários e contribuição previdenciária estão entre as principais pautas defendidas

Com uma trajetória marcada por conquistas para os procuradores e advogados públicos federais, a ANPPREV – Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais, segue firme na defesa dos interesses da categoria. Ao longo de mais de três décadas de atuação, a entidade consolidou-se como uma das principais referências na interlocução com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de atuar junto ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios (CCHA) para garantir avanços concretos aos seus associados.

Em 2024, a Associação empenhou-se na obtenção de benefícios indenizatórios, no equilíbrio de pagamento dos honorários advocatícios e na luta pela redução da contribuição previdenciária dos aposentados. Segundo o diretor de Finanças e Patrimônio da ANPPREV, Aluizo Silva de Lucena, esses temas refletem demandas históricas da categoria, que têm sido trabalhadas com afinco pela entidade.

Critérios de cálculo dos honorários advocatícios

Uma das principais conquistas recentes da ANPPREV foi a alteração dos percentuais dos honorários devidos aos procuradores federais aposentados. A mudança trouxe mais justiça na distribuição dos valores, corrigindo distorções que penalizavam aqueles que estavam há mais tempo na inatividade.

De acordo com o diretor, embora o assunto tenha sido ventilado no passado, a iniciativa vencedora partiu da ANPPREV e foi construída com base em argumentos técnicos e jurídicos, posteriormente formalizados em um ofício dirigido à AGU [Advocacia-Geral da União] e ao CCHA. "*As primeiras tratativas foram feitas na sede da ANPPREV. A partir daí, foram realizadas sucessivas reuniões até que essa questão fosse solucionada*", explicou.

A medida garantiu um incremento expressivo nos honorários de vários aposenta-

dos. "*Quem estava aposentado há mais tempo teve seu percentual ajustado de 37% para 52%*", detalhou Aluizo.

Auxílio-saúde e auxílio-alimentação

Outro grande avanço para a carreira foi a concessão do auxílio-saúde e do auxílio-alimentação. A demanda também surgiu dentro da ANPPREV e contou com o apoio de entidades parceiras, como o Forvm Nacional da Advocacia Pública Federal, que referendou todos os pedidos da ANPPREV.

"*A ANPPREV encampou essa luta e o Forvm reforçou os pleitos junto ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios*", destacou Aluizo. Os auxílios foram reconhecidos como devidos pelo CCHA, beneficiando procuradores federais, advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores do Banco Central.

As negociações foram intensas, mas os resultados compensaram os esforços. "*O importante é que os benefícios foram reconhecidos e implementados. Agora, trabalhamos para corrigir eventuais inconsistências e garantir que todos sejam atendidos de maneira justa*", pontua o diretor da ANPPREV.

A ANPPREV apresentou à AGU e ao CCHA, desde maio de 2023, além do pleito atinente à correção da cota devida aos aposentados, os seguintes pedidos: Uso de honorários para pagamento de auxílio-saúde com prioridade para aposentados com retroativo; auxílio-alimentação com retroativo; ressarcimento da OAB com retroativo; retroativo da cota-extraordinária (equivalente a 13º salário); atrasados da diferença da remuneração até o teto remuneratório, complemento do terço de férias com respectivos valores atrasados.

De todos estes requerimentos, apenas o pagamento retroativo do auxílio-saúde, a diferença do teto e o complemento do terço de férias, não foram deferidos ainda.

A ANPPREV também oficiou a AGU solicitando resolução para a situação dos ocupantes de cargos comissionados, que assumem responsabilidades extras sem remuneração correspondente, além de medidas para correção das margens consignadas ou concessão de empréstimo consignado com honorários advocatícios.

Atuação no Congresso Nacional: a luta pela PEC Social

No âmbito legislativo, a ANPPREV tem direcionado esforços para a aprovação da PEC Social (6/2024), que visa reduzir progressivamente a contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. A entidade defende o apensamento da proposta à PEC 555/2006, que propõe a extinção total da cobrança.

Para Aluizo, a PEC Social tem mais chances de aprovação, pois não gera um impacto fiscal imediato sobre o orçamento da União. "*Ela propõe uma redução gradual da contribuição, permitindo que o Tesouro administre melhor a transição*", explica.

A junção da PEC Social à PEC 555 evita que essa importante iniciativa parlamentar tenha que perpassar pelo longo trâmite legislativo, que pode demandar anos até se demonstrar pronta para a votação. Para prevenir isso, a ANPPREV trabalha para que as propostas tramitem juntas, garantindo uma solução mais célere e benéfica aos aposentados.

Fortalecimento da carreira e novas garantias

Além dos avanços mencionados, a ANPPREV obteve importantes vitórias em outras frentes. Entre elas, destaca-se a manutenção da competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) na transação tributária, assegurando seu papel estratégico na justiça tributária.

Outra conquista relevante foi a inclusão de emenda ao Projeto de Lei 4.015/2023, que aumenta as penas para crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra advogados públicos. A proposta, articulada pela assessora parlamentar da ANPPREV, Luciana Hoff, e pelo Forvm, fortalece a se-

gurança dos membros da Advocacia Pública Federal. "*Essa medida traz mais segurança para os colegas, garantindo que o Estado esteja atento e pronto para proteger aqueles que atuam em defesa do interesse público*", ressaltou Aluizo.

Compromisso contínuo com os associados

Os avanços conquistados em 2024 demonstram a força e a relevância da ANPPREV na defesa dos direitos dos procuradores e advogados públicos federais. Com um trabalho pautado na interlocução estratégica e na busca por soluções concretas, a Associação reafirma seu compromisso com os associados, garantindo que suas demandas sejam sempre atendidas. "*O que fortalece a carreira é a união da categoria. Seguimos trabalhando para consolidar conquistas e avançar ainda mais, sempre em defesa dos nossos colegas*", concluiu o diretor.

Frente Parlamentar fortalece a Advocacia Pública em 2024 e projeta novos avanços para 2025

A Frente obteve vitórias como a inclusão dos advogados públicos na PEC 10/2023 e o reconhecimento da atividade de risco para a carreira

Deputado federal Lafayette de Andrada, ao lado da Maria Santíssima Marques presidente da ANPPREV

A atuação da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, presidida pelo deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), foi decisiva para importantes conquistas da carreira em 2024. Em entrevista exclusiva ao Jornal ANPPREV, o parlamentar destacou os principais avanços e traçou perspectivas para o ano legislativo de 2025.

Segundo Lafayette, 2024 foi um ano de intensa mobilização no Congresso Nacional. "*A Frente Parlamentar atuou em diversas ocasiões nos mais diferentes temas.*" Um dos maiores desafios enfrentados foi a defesa dos honorários advocatícios no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, diante de um parecer inicial desfavorável ao PL 6381/19. "*O trabalho conjunto da Frente, da Advocacia-Geral da União (AGU), da ANPPREV e demais associações, foi fundamental para reverter a situação e assegurar essa conquista tão relevante*", afirmou.

Outro destaque mencionado foi o avanço do debate sobre a Advocacia Plena para advogados públicos federais. O relator do tema, deputado Felipe Francischini (União-PR), apresentou parecer favorável, e diversos parlamentares já manifestaram apoio, seguindo o exemplo de estados e municípios que garantem essa prerrogativa a seus procuradores.

No Senado Federal, a Frente obteve vitórias como a inclusão dos advogados públicos na PEC 10/2023 e o reconhecimento da atividade de risco para a carreira. Além disso, a destinação inédita de emendas parlamentares para a AGU fortaleceu a capacidade institucional do órgão.

XXIII CONPPREV

Lafayette também relembrou a participação no XXIII Congresso Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (CONPPREV), realizado em agosto de 2024. "*Foi um momento de aprendizado e admiração ainda maior pelo trabalho dos advogados públicos, que impactam diretamente a vida dos cidadãos com resultados expressivos em arrecadação, economia e na efetivação de políticas públicas*", destacou, parabenizando a ANPPREV pela organização do evento.

Expectativas para 2025

Para 2025, o parlamentar projeta um cenário de oportunidades, com as novas presi-

dências da Câmara dos Deputados e da CCJ. Entre as prioridades, Lafayette apontou o PLP 337/2017, que atualiza a Lei Orgânica da AGU, o PL 5531/2016, que trata da advocacia fora das atribuições institucionais, e o reajuste dos subsídios da carreira. "*Também será relevante acompanhar a criação da carreira de apoio da AGU e discutir temas como a autonomia da advocacia pública, prevista nas PECs 82/2007 e 17/2024*", disse.

Ele ainda chamou a atenção para a tramitação da PEC 6/2024 (PEC Social), que trata da extinção gradual da contribuição dos servidores inativos, e para o impacto da nova proposta de tributação de altas rendas (PL 1087/2025) sobre a Advocacia Pública.

Concluindo, Lafayette reforçou o compromisso da Frente Parlamentar.

"*Em 2025, queremos não apenas a defesa das prerrogativas dos advogados públicos, mas também o avanço nas conquistas dessa carreira essencial para o desenvolvimento do país. A Frente atuará incansavelmente nesse sentido*", asseverou o deputado.

ANPPREV reforça protagonismo em movimento nacional pela valorização da Advocacia Pública

Evento reuniu associados e autoridades em Brasília e discutiu desafios históricos da carreira e a atuação da Advocacia Pública

A ANPPREV marcou presença na segunda edição do Movimento Nacional pela Valorização da Advocacia Pública, realizada no dia 7 de maio de 2025, em Brasília (DF). Com o tema "*Advocacia Pública e Constituição: um projeto inacabado*", o evento reuniu autoridades, representantes das carreiras jurídicas e associados para discutir os entraves históricos enfrentados pelos advogados públicos e os caminhos para o fortalecimento da atuação institucional.

A abertura da programação ocorreu no auditório do Edifício CNC, onde lideranças da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Advocacia Pública nos âmbitos nacional, estadual e municipal participaram de um importante momento de escuta e diálogo.

Entre os temas debatidos, o protagonismo feminino teve destaque. Na ocasião, a presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, foi homenageada por sua trajetória e contribuição à Advocacia Pública Federal.

"*Mulheres inspiradoras, como a Dra. Santíssima, representam a força e a determinação das mulheres na Advocacia Pública Federal. Todo o meu respeito à senhora*", destacou a procuradora-geral federal, Adriana Venturini.

A procuradora-geral da União, Clarice Calixto, também reforçou a relevância da representatividade. "*A presença da mulher na Advocacia Pública é símbolo de competência, liderança e transformação. Quero agradecer especialmente à Dra. Santíssima por nos inspirar*".

A deputada federal Maria Arraes (Solidariedade- PE), por sua vez, sublinhou que a Advocacia Pública é função essencial para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e no combate à desinformação. "*A Advocacia Pública garante que o Estado atue dentro da lei e a favor da sociedade. Sem ela, não há segurança jurídica nas políticas públicas nem defesa qualificada do interesse coletivo. Valorizar essa função é essencial para que o Brasil avance com justiça, responsabilidade e eficiência.*", declarou a parlamentar.

A mesa de honra foi composta ainda pela ministra do TSE, Edilene Lobo; pelo consultor-geral da União, André Dantas; pelo presidente da OAB/DF, Paulo Maurício Siqueira; pelo presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública, Clóvis Andrade; pelo procurador federal e associado da ANPPREV, João Ernesto Aragonés Viana; e por dirigentes de entidades representativas das carreiras jurídicas.

Mobilização no Congresso Nacional

Durante a tarde, os participantes se dirigiram ao Congresso Nacional, onde participaram de reuniões com parlamentares e comissões da Câmara dos Deputados. A ANPPREV defendeu temas prioritários para a carreira, como a autonomia orçamentária da AGU, prevista na PEC 17/2024, e o apensamento da PEC 6/2024 (PEC Social) à PEC 555/2006.

"*É fundamental que os deputados compreendam a relevância dessas pautas e apoiem a sua tramitação no Legislativo*", afirmou a presidente Maria Santíssima.

A representante da ANPPREV no Tocantins e integrante da assessoria parlamentar, Tereza Ibiapina, também participou da mobilização e destacou o impacto da iniciativa.

"*O Movimento é uma oportunidade de levarmos diretamente aos parlamentares as nossas demandas. Também reforça o trabalho da ANPPREV, que atua de forma constante na defesa dos associados*", disse Tereza Ibiapina.

União e reconhecimento

Ao final do dia, os participantes se reuniram em um momento de confraternização no Lago Sul. Para a ANPPREV, a mobilização simbolizou o fortalecimento da união das entidades e o compromisso com uma Advocacia Pública valorizada, ética e comprometida com o interesse coletivo.

"*O dia de hoje simboliza a união de forças em prol de uma Advocacia Pública forte, valorizada e comprometida com a legalidade, a ética e a promoção do interesse público e dos nossos associados*", concluiu a presidente Maria Santíssima.

CEJUD: consensualidade na administração pública receberá destaque em 2025

Papel da Advocacia Pública na redução da litigância contra o poder público e mitigação de demandas estarão em evidência

Sebastião Faustino de Paula, diretor do CEJUD

O Centro de Estudos Jurídicos Celso Barroso Leite (CEJUD) da ANPPREV tem o objetivo de incentivar o aprofundamento de temas atuais do Direito, como o Direito Previdenciário, a Seguridade Social e relacionados a direitos sociais e políticas públicas. "*Para além da Seguridade Social, nós estamos implementando estudos na área de regulação do Direito Administrativo*", acrescentou o diretor do CEJUD, Sebastião Faustino de Paula.

A advocacia consensual também é uma área que tem adquirido espaço para estudos, principalmente, no que tange a prevenção de conflitos e na redução de demandas da Advocacia Pública. "*Trabalhamos nessa consensualidade para podermos diminuir o número de ações contra a administração pública*", complementou Sebastião.

O restabelecimento e o pleno funcionamento do CEJUD visa contribuir para as carreiras da Advocacia Pública, além de promover seminários e encontros regionais para ampliar debates acerca dos temas escolhidos. "*Assim que a doutora Santíssima assumiu como presidente da ANPPREV, ela me convidou para que eu pudesse restabelecer o CEJUD*", contou.

De natureza acadêmica, tem sua própria revista especializada e dispõe de áreas temáticas tanto para pesquisas quanto para montagem de artigos. "*Se um procurador quiser participar, escrevendo artigos, ele é bem-vindo*", convidou o diretor do Centro.

Para 2025, segundo Sebastião, a meta é intensificar os grupos de estudos em diversas áreas que abrangem a Advocacia Pública. Estão sendo criados quatro núcleos de pesquisa: Regime Previdenciário; Direito Administrativo e Regulatório; Direito da Seguridade Social; e Direito ligado à Educação e à Área Social. Também está prevista a realização de seminários no estado de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, e a abordagem do tema:

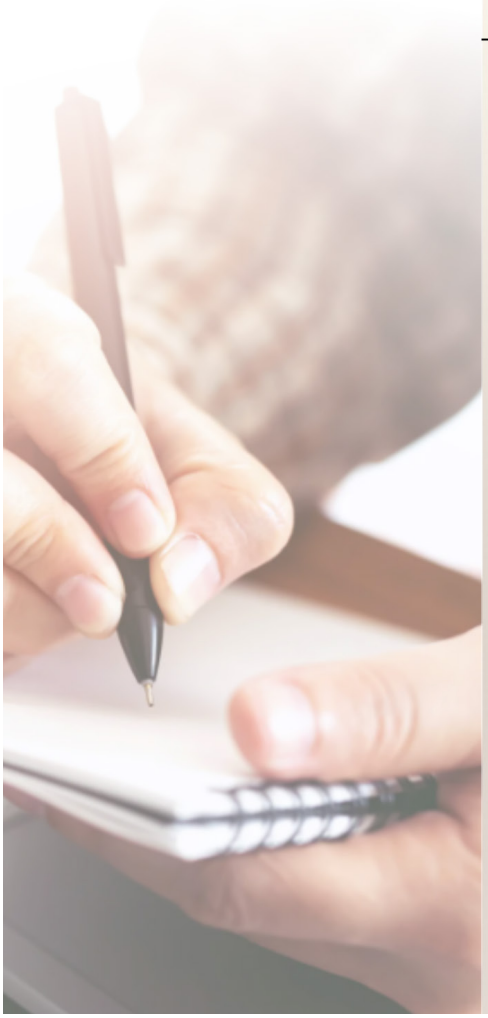
'Litigância contra o Poder Público e a Consensualidade na Administração Pública' no Congresso ANPPREV-ANAJUR de 2025, que ocorrerá em Brasília nos dias 26 a 29 de agosto.

O objetivo é tratar da redução e mitigação de demandas no serviço público. "*A Advocacia Pública pode contribuir para diminuir a litigância contra o poder público. O próprio Supremo Tribunal Federal se interessou em tratar de um tema que nós estávamos tratando dentro do CEJUD, que era a redução de demanda, prevenção de litígios. Um grupo coordenado pelo ministro Barroso, criado no ano passado, é fruto de um trabalho convergente com subsídios retirados do Centro de Estudos Jurídicos da ANPPREV*", salientou.

Outro progresso obtido pelo CEJUD foi a produção de artigos e estudos sobre a "*revisão da vida toda*", que balizaram a decisão judicial e garantiu que a União economizasse mais de R$ 200 milhões.

Acesse o site da ANPPREV!

Fique por dentro das últimas notícias e eventos.



Conhecimento que Fortalece a Advocacia Pública!

A atual gestão da ANPPREV reativou o Centro de Estudos Jurídicos Celso Barroso Leite – CEJUD, um espaço de excelência, dedicado ao debate, à produção de conhecimento e ao fortalecimento da Advocacia Pública Federal.

Seminários, painéis e debates com especialistas de todo o Brasil, discutindo temas de alta relevância:

- ✓ Direito Previdenciário
- ✓ Seguridade Social
- ✓ Políticas Públicas
- ✓ Direitos Sociais
- ✓ Regulação e Direito Administrativo

O CEJUD vai além!

Promovemos o I Concurso de Artigos Científicos, que premiou os melhores trabalhos acadêmicos com:

🥇 Prêmios em dinheiro
📚 Publicação na nossa Revista ANPPREV de Seguridade Social (RASS)
🌍 E a tradução dos artigos vencedores para o inglês!

O CEJUD é mais que um centro acadêmico. É um espaço que impulsiona reflexões, aprimora práticas e fortalece a missão da Advocacia Pública na defesa dos direitos sociais e na construção de políticas públicas eficientes.

Revista da ANPPREV se consolida como referência e tem transformado a Advocacia Pública

Publicação cresce no cenário acadêmico, amplia alcance internacional e lança novo edital para submissão de artigos, com destaque para seu concurso científico premiado

Fábio Lucas de Albuquerque, Editor - Chefe da Revista RASS

A Revista ANPPREV de Seguridade Social (RASS) lançou seu novo edital de chamada para publicação de artigos científicos. Criada pela Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV), a publicação chega ao seu segundo ano, consolidando-se como um dos principais veículos de divulgação acadêmica no campo da Advocacia Pública e Seguridade Social. Seu crescimento acelerado e a qualidade das edições têm atraído cada vez mais pesquisadores e profissionais do Direito, tornando-se uma referência altamente qualificada no meio jurídico.

Segundo o editor-chefe da publicação, o subprocurador-geral do INSS, Fábio Lucas de Albuquerque Lima, a RASS foi estruturada com um forte DNA acadêmico e se destaca pelo modelo de acesso aberto, permitindo ampla disseminação do conhecimento jurídico.

"*Desde sua fundação a revista promove a divulgação científica e busca uma boa avaliação na CAPES, por isso sua estrutura foi desenhada para atender aos padrões exigidos*", explica Fábio Lucas.

"*Independentemente desse importante canal avaliativo, a RASS com a indexação em várias bases nacionais e internacionais objetiva se consolidar com o aumento gradativo de seu fator de impacto*", complementa o editor-chefe.

A preocupação com a excelência editorial levou à formação de um Conselho Editorial qualificado, composto por professores doutores de universidades de peso no Brasil e no exterior. Além disso, a revista conta com um rigoroso processo de avaliação dos artigos, garantindo qualidade e relevância nos conteúdos publicados.

Recentemente indexada em bases internacionais, como a Latindex, Base, LatinRev, Europub, Oasisbr, a publicação expandiu seu alcance, fortalecendo o diálogo entre a Advocacia Pública e outras disciplinas como Ciência Política, Direito Constitucional e Administração Pública. Esse reconhecimento acadêmico demonstra a seriedade do trabalho desenvolvido e reforça a importância da RASS no cenário jurídico brasilei-

ro e internacional.

A revista é uma iniciativa do Centro de Estudos Jurídicos Celso Barroso Leite (CEJUD), órgão da ANPPREV, dirigido pelo professor Sebastião Faustino de Paula. O apoio institucional da Associação tem sido fundamental para a estruturação e continuidade do periódico. "*O CEJUD entendeu que havia uma lacuna na produção acadêmica sobre Seguridade Social, um tema importantíssimo para o sistema jurídico brasileiro. Com a RASS, criamos um espaço de reflexão e aprofundamento científico*", afirma Albuquerque Lima.

O compromisso com a inovação e a qualidade editorial reforça a busca por novos horizontes, incluindo a ampliação de artigos em língua inglesa para consolidar sua projeção global.

A próxima edição trará uma contribuição especial do professor José Levi, que ocupou o cargo de ministro da Advocacia-Geral da União. Ele fará uma análise sobre interpretação constitucional. Já o tema "Democracia e Sistema Jurídico", contará com um artigo do professor Felipe Asensi da Ambra University.

O periódico continuará abordando temas de grande relevância, como previdência social, assistência e direito à saúde, com enfoque interdisciplinar e abordagens inovadoras.

O destaque especial vai para o concurso de artigos científicos promovido pelo CEJUD, que busca estimular a produção acadêmica e reconhecer trabalhos de excelência. Aberto a pesquisadores e profissionais do Direito, o concurso premia os melhores artigos com destaque na publicação, além de incentivos financeiros e reconhecimento institucional.

Com a nova chamada para submissões, pesquisadores e profissionais do Direito podem enviar artigos até a data estipulada no edital, que pode ser consultado apontando a câmera do seu celular para o **QR Code disponível nesta página.**

Câncer de mama: os exames periódicos na prevenção e no combate da doença

Realizar a mamografia periodicamente, além de evitar um possível avanço da doença, também pode refrear uma série de efeitos psicológicos e emocionais

ANPPREV por elas

O câncer de mama é uma doença que se manifesta com a multiplicação desordenada de células anormais, formando um tumor. No Brasil, a conscientização e mobilização em relação ao tema é recorrente em razão da alta incidência entre as mulheres. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), estima-se que 73.610 novos casos de câncer de mama sejam registrados em 2025 e que ocorram 18 mil mortes. Quando se trata de estatísticas, a doença ocupa a primeira posição de mortalidade por câncer entre o público feminino brasileiro.

Diante desse cenário, os exames de rotina, a prevenção e o diagnóstico precoce se tornam essenciais para a queda dos números da doença. Dessa forma, a conscientização, o acesso à informação e a ampliação de debates acerca do câncer de mama são fundamentais para que as mulheres estejam preparadas para buscar o tratamento adequado.

Não existe uma causa única e aparente que influencia no surgimento do câncer de mama. Na realidade, diversos fatores podem aumentar o risco de desenvolvê-lo, como: história reprodutiva, questões endócrinas, idade, fatores genéticos, hereditários, ambientais e comportamentais. "*A história reprodutiva, como menstruação precoce e menopausa tardia, aumenta a exposição aos hormônios e o uso de terapias hormonais também pode ocasionar para a elevar o risco*", explica a ginecologista e mastologista Rita de Cássia Barbosa.

Cada caso depende de um tratamento adequado e especializado, conforme o estágio da doença e fatores individuais. O tratamento pode ser feito por cirurgia, assim como por radioterapia, hormonioterapia, terapia biológica e quimioterapia. Em relação à ajuda profissional, o paciente pode recorrer a um mastologista ou oncologista, responsáveis por solicitar e avaliar alguns exames. "*O tratamento varia de acordo com o tipo e estágio do câncer. As mulheres devem procurar um mastologista e oncologista clínico para diagnóstico e orientação sobre o melhor plano de tratamento, baseado em exames como mamografia, ultrassom da mama, ressonância de mama e, se necessário, biópsias*", ressalta a médica.

Dr. Rita de Cássia Barbosa, ginecologista e mastologista

Descoberta da doença

A Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) recomenda que a mamografia de rastreamento seja realizada anualmente em mulheres a partir dos 40 anos. O exame periódico tem como objetivo detectar precocemente alterações que podem sugerir o aparecimento de alguma doença. "*A incidência do câncer de mama aumenta com a idade e mulheres com histórico familiar ou fatores genéticos podem precisar iniciar os exames mais precocemente. Pacientes mutadas geneticamente podem realizar cirurgia profilática*", destaca Rita.

Ana Dorinda Adsuara, diretora de Comunicação e Relações Públicas da ANPPREV

Em 2024, a procuradora federal aposentada, Ana Dorinda Adsuara, 64 anos, que anualmente realizava o exame de mamografia, descobriu nódulos nas duas mamas. Após uma ressonância magnética, solicitada A sua mastologista, o resultado assustou: **Ana atingiu o nível cinco na classificação de BI-RADS, sigla para a expressão que, em Em 2024, a procuradora federal aposentada, Ana Dorinda Adsuara, 64 anos, que anualmente realizava o exame de mamografia, descobriu nódulos nas duas mamas. Após uma ressonância magnética, solicitada por sua mastologista, o resultado assustou: Ana atingiu o nível cinco na classificação de BI-RADS, sigla para a expressão que, em inglês, significa Breast Image Reporting and Data System. A quinta categoria dentro da classificação refere-se a "achados altamente suspeitos de malignidade", ou seja, quando há uma elevada suspeita de câncer. Devido ao resultado, a médica viu a necessidade de se realizar a biópsia.**

Foi um mês desde a descoberta do câncer de mama até a cirurgia. Em relação aos fatores genéticos e hereditários, apenas a irmã de Ana teve câncer, há quatro anos. "*Tem sempre aquela autoconfiança de que vai acontecer com todo mundo, menos com a gente*", disse emocionada. "*Câncer é uma palavra que assusta demais. Apesar de hoje a ciência estar muito evoluída e estar curada, a gente pensa sempre como uma sentença de morte*", complementou.

Os casos de câncer que levam à morte precoce desencadearam em Ana um temor inicial em relação à doença. Gerou um misto de emoções e dúvidas que a influenciou a entender mais sobre a enfermidade e tentar se desvencilhar dela. "*Você começa a realizar seus sonhos e, de repente, é acometida por uma doença que choca*", ressaltou. Para a aposentada e atualmente diretora de Comunicação Institucional e Relações Públicas da ANPPREV, é necessário enfrentar o estágio de negação em relação ao câncer, e o suporte familiar e dos amigos é primordial nessa etapa.

O apoio das médicas que a acompanharam também foi essencial para o processo de aceitação da doença. Ao começar o tratamento e após realizar a cirurgia, a angústia que havia sentido inicialmente foi se dissipando e o pensamento atrelado ao temor que a doença promovia já não mais a angustiava. "*Tira aquele peso, você volta para uma vida normal, enxerga a vida de outro jeito, começa a valorizar outras coisas e a pensar de outra forma*", compartilhou Ana Dorinda.

O pensamento voltado para o momento presente se tornou um estilo de vida para ela. A valorização da própria vida foi como uma "*mudança de chave*" em sua rotina. "*Eu ainda não cheguei em um acordo comigo mesma sobre o que a gente sente, mas você passa por um processo, é curioso*", explicou.

Quanto à recomendação de se realizar a mamografia periodicamente, além de evitar um possível avanço da doença, também pode refrear uma série de efeitos psicológicos e emocionais. Na percepção de Ana, é importante realizar exames periódicos para conseguir reverter a situação a tempo, principalmente em relação às doenças silenciosas, que necessitam de monitoramento redobrado à medida em que uma pessoa avança em idade, como o câncer, o diabetes, a hipertensão e o colesterol alto. "*São exames que não vão fazer mal nenhum. Mal faz ter um câncer e não detectar*", frisou.

Já em relação aos seus planos daqui para frente, se resume em uma palavra: viver. Com o aprendizado sobre a valorização da vida em curso, pensar em trabalho, mas não somente nisso, em lazer e saúde também, e melhorar a alimentação estão entre os objetivos da aposentada para promover um equilíbrio para a vida. "*Quero ser mais light em determinadas coisas, ter mais empatia e entender a posição das pessoas. Acho que passar por uma experiência dessa, você toma um chacoalhão. É isso que eu quero mudar na minha vida*", finalizou.

Ana Dorinda Adsuara, diretora de Comunicação e Relações Públicas da ANPPREV

Tipos de câncer de mama, sinais de alerta e prevenção

- Os principais tipos de câncer de mama são: carcinoma ductal invasivo (o tipo invasivo mais comum da doença), carcinoma lobular invasivo (representa 10% dos casos), câncer de mama inflamatório (forma rara e agressiva, com espalhamento rápido) e doença de Paget (representa apenas de 1 a 3% dos casos). Com classificação em cinco estágios, de 0 a 4, cada um cumpre o papel de definir a extensão da gravidade da doença.

- Devido à alta incidência no público feminino brasileiro, dedicar a atenção para os sinais de alerta se torna necessário e são eles: nódulos palpáveis na região da mama, axila e pescoço; mamilo invertido e retração da pele ou região; secreção mamilar; vermelhidão da pele da mama; inchaço e dor nas mamas, entre outros.

- Em meio aos sinais de alerta, a prevenção pode ser estimulada com a adoção de bons hábitos de vida, como a prática regular de atividade física e a manutenção do peso corporal adequado, a alimentação saudável rica em frutas, legumes e verduras, evitar fumar e consumir bebidas alcoólicas, realizar a mamografia de rotina e prolongar o tempo de amamentação do bebê.

Da PRF1 à chefia da Procuradoria-Geral Federal: a trajetória de Adriana Venturini

Liderança, cuidado e excelência são os pilares que sustentam a trajetória de Adriana Maia Venturini, procuradora-geral federal. Com mais de duas décadas dedicadas à carreira de Procuradora Federal, ela tem se destacado na luta pela autonomia da Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo fortalecimento da presença feminina na instituição. Nesta entrevista exclusiva ao Jornal ANPPREV, ela compartilha seus desafios e experiências.

A senhora é procuradora federal desde 2002 e tem uma atuação expressiva no âmbito da AGU. Como se sentiu ao atingir um objetivo tão importante como mulher? Quais foram os principais aprendizados dessa trajetória?

Eu comecei muito cedo na Advocacia-Geral da União, mais especificamente na Procuradoria-Geral Federal. Quando fiz o concurso, eu tinha apenas 21 anos, era muito jovem. Naquele momento, não tinha plena consciência sobre o machismo estrutural na sociedade. Muitas situações que vivenciei, inclusive, eram normalizadas. Hoje, com mais experiência, percebo como essas questões eram invisíveis, porém passíveis de transformação. Assumir a chefia da PGF foi, para mim, uma grande honra, especialmente porque eu tenho um profundo amor por essa casa. Sinto que minha responsabilidade vai além da gestão. Busco garantir que as pessoas que estão chegando não enfrentem os mesmos desconfortos que eu vivi no início da minha trajetória. Como mulher, vejo-me na obrigação de implementar programas que facilitem a vida de outras mulheres no ambiente público, criando um espaço mais inclusivo e respeitoso. O objetivo é estabelecer uma política que perdure, baseada no respeito e na civilidade, em que padrões de machismo e misoginia sejam absolutamente rejeitados.

A senhora mencionou a responsabilidade do cargo e a oportunidade de criar programas e incentivos. Poderia citar algum exemplo?

Sabemos que as mulheres são vítimas de violência, praticada em vários níveis, como a física, a psicológica, a moral e a patrimonial. Pesquisei que, do ponto de vista acadêmico, existem quatro formas tradicionais de violência contra a mulher. A violência sexual é a

mais associada à mulher. Mas não é a única. Existem também violências de natureza política, doméstica e digital. A violência sexual, aquela mais conhecida quando tratamos das questões de gênero, normalmente ocorre em ambientes hierárquicos, como o escolar, o universitário etc. Os níveis de assédio sexual nas universidades são gigantescos. Uma triste realidade: violência onde deveria existir acolhimento e aprendizado!

Em virtude disso, há alguns anos, a PGF criou um grupo para combater a violência sexual no âmbito das autarquias e fundações públicas federais, sobretudo nas instituições federais de educação. Quando assumi, encampei e ampliei a iniciativa, desenvolvendo um verdadeiro programa de auxílio, prevenção e enfrentamento ao assédio sexual.

O primeiro passo dado foi no sentido da conscientização. Como estamos falando de uma transformação cultural, faz-se necessário explicar o que é e o que não é assédio. Não queremos dividir a sociedade entre "elas e eles"... queremos uni-la, esclarecendo que determinados comportamentos não são mais tolerados: "Olha, isso não é legal, não é mais admissível".

Nessa linha, divulgamos uma cartilha de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual, que especifica as condutas, o que pode e o que não se pode fazer... enfim: alteração e adequação de comportamentos a partir de novas referências culturais. Em complemento às iniciativas de conscientização, evoluímos para ações concretas com caráter repressivo e pedagógico: fixação do entendimento consultivo segundo o qual a prática de assédio sexual no ambiente funcional público é passível de demissão, na forma do Estatuto do Servidor Público Civil federal.

Uma manifestação jurídica exemplar que, ao final, restou aprovada pelo Presidente da República, passando a ser vinculativa para toda a administração pública federal.

Medidas, repito, que buscam alterações de cultura (individual e corporativa), às quais se somam outras, como a equidade de gênero na ocupação de cargos de gestão, a promoção de ações judiciais de cobrança por feminicídio e o incentivo à gestão feminina em ambientes tecnológicos. Tudo para enfrentar as quatro formas de violência de gênero identificadas.

O protagonismo feminino pode sofrer impasses na sociedade e a violência de gênero é algo recorrente em alguns casos. Para a senhora, quais podem ser as formas da PGF enfrentar essas duas questões?

Acredito que uma das formas mais eficazes de combater a violência de gênero é por meio da representação. Quando mulheres ocupam espaços de liderança, elas se tornam referências e podem gerar mudanças significativas. Na PGF, temos trabalhado para combater o feminicídio por meio de ações regressivas. Infelizmente, em muitos casos, o assassino de uma mulher ainda é beneficiado com a pensão da vítima.Estamos atuando para garantir que essas pensões sejam direcionadas para quem realmente precisa, como os filhos da vítima ou outros responsáveis, e não para o agressor. Isso tem um caráter pedagógico, pois queremos mostrar que é possível responsabilizar os criminosos por suas ações. Além disso, a violência digital contra as mulheres tem sido uma preocupação crescente. Crimes e constrangimentos no ambiente digital estão se tornando cada vez mais frequentes, e queremos criar soluções para que as mulheres possam ocupar mais espaços na tecnologia, ciência e inovação. Quando as mulheres têm espaço para criar e inovar, elas podem desenvolver mecanismos para combater essa onda de violência.

Recentemente, lançamos o programa "AGU sem Assédio e sem Discriminação", que visa a institucionalizar as boas práticas e a garantir que o ambiente de trabalho seja seguro e respeitoso para todos, especialmente para as mulheres. Estamos também buscando o selo de igualdade de gênero do PNUD, o que exige o cumprimento de diretrizes que promovam a equidade de gênero na AGU.

Em 2024, a senhora tomou posse na Corte Permanente de Arbitragem (CPA), na Haia, Holanda. Como foi

essa experiência para sua carreira, especialmente como mulher?

É uma honra enorme e um privilégio fazer parte da Corte Permanente de Arbitragem. Representar o Brasil em uma corte internacional tão relevante, que tem grande impacto no cenário global, é uma responsabilidade imensa.

A CPA tem uma história significativa na solução de conflitos internacionais. E ostenta competências relevantíssimas, como as prerrogativas de indicação ao Prêmio Nobel da Paz e de proposição de membros à Corte Internacional de Justiça, através das listas encaminhadas pela ONU.

Seguramente um momento marcante na minha carreira, sobretudo por assumir a vaga deixada pelo professor Celso Lafer, um ícone do Direito Internacional. Grande responsabilidade, mas também uma oportunidade única de representar o Brasil em um ambiente tão prestigioso.

O comitê ANPPREV por Elas tem o objetivo de promover a conscientização sobre temas relevantes para as mulheres. Qual é o impacto de uma instituição como a ANPPREV para as procuradoras e advogadas públicas?

A ANPPREV é uma grande aliada na luta pela representatividade feminina. Temos a sorte de contar com a liderança da presidente Maria Santíssima, que se posiciona com força e tradição.

Não se trata apenas de uma associação. A ANPPREV é uma verdadeira casa de articulação política. Ela tem se mostrado fundamental na reflexão a respeito das questões que afetam as mulheres na advocacia pública. Eu quero ver, no futuro, 40 novas procuradoras-gerais, e as mulheres ocupando cada vez mais as chefias das Procuradorias e as direções das Subprocuradorias. A criação do comitê ANPPREV por Elas é um exemplo de como institucionalizar esse espaço e garantir que as mulheres tenham voz ativa no que diz respeito às questões que as afetam diretamente.

A ANPPREV tem cumprido um papel essencial para que as mulheres da advocacia pública tenham o reconhecimento e os espaços de poder que merecem.

ANPPREV por elas

O ANPPREV por Elas é um comitê instituído pela ANPPREV em agosto de 2023, durante as comemorações dos 31 anos da entidade. O colegiado tem como missão representar os interesses das associadas e de todas as mulheres que atuam como advogadas públicas federais, promovendo debates e sugerindo medidas para a criação de políticas e estratégias voltadas à equidade de gênero e ao fortalecimento da presença feminina nas carreiras jurídicas.

Para integrar o comitê, é necessário ser associada da ANPPREV em situação regular, ter um compromisso sólido com os objetivos e valores da Associação e do comitê, e possuir disponibilidade para participar das reuniões e atividades a ele inerentes.

Com requerimentos da ANPPREV, CCHA lidera avanços na valorização dos procuradores federais

Atuação do procurador federal Marcelo Gorski no CCHA impacta a defesa dos direitos da categoria e se traduz em resultados na conquista de novos auxílios

Representante dos procuradores federais no CCHA, Marcelo Gorski Borges

Desde 1º de setembro de 2024, o procurador federal Marcelo Gorski ocupa uma posição estratégica no Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), representando os interesses da carreira dentro da entidade. Seu papel tem sido central na defesa dos direitos dos procuradores federais, especialmente no que se refere à implantação de auxílios essenciais, uma luta na qual a ANPPREV teve protagonismo inquestionável. Além de garantir benefícios imediatos para os advogados públicos, a interlocução com órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) garante segurança jurídica para as conquistas da categoria. "*A importância de representar a carreira dos procuradores federais dentro do Conselho reside na defesa intransigente de seus direitos, garantindo a equiparação com outras carreiras jurídicas*", afirma Gorski.

Logo após assumir, ele se deparou com uma demanda latente: a concessão de auxílios semelhantes aos oferecidos a membros do Judiciário e do Ministério Público. Com base nessa reivindicação, o CCHA aprovou, em outubro de 2024, a implantação do auxílio-saúde e do auxílio-alimentação, benefícios encabeçados pela ANPPREV. Enquanto o primeiro benefício foi estendido tanto para servidores ativos quanto para aposentados, o segundo ficou restrito aos profissionais em exercício.

A medida trouxe um diferencial relevante: o auxílio-saúde destinado aos aposentados possui um valor superior ao concedido aos advogados públicos da ativa. Essa diferença foi justificada pela necessidade de reconhecer o papel dos aposentados e garantir melhores condições de vida para aqueles que dedicaram suas trajetórias à Advocacia Pública Federal.

Impactos das conquistas

De acordo com Gorski, enquanto as negociações salariais de 2024 levaram meses e ainda terão seus reflexos concretos apenas em 2025, os auxílios aprovados pelo Conselho entraram em vigor já em outubro do ano passado.

"O impacto dessas conquistas para os advogados públicos foi imediato. Em questão de semanas, os novos auxílios já estavam sendo pagos, beneficiando tanto os colegas da ativa quanto os aposentados", ressalta Gorski.

O trabalho não se limitou à aprovação dos benefícios. O CCHA também implementou procedimentos para o ressarcimento de despesas relacionadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - mais uma conquista da ANPPREV. Segundo Gorski, o ressarcimento ocorre mediante requerimento do advogado público junto ao Conselho, com um trâmite simplificado para garantir a eficiência da restituição. "*Nosso objetivo é garantir que todos os avanços conquistados sejam sustentáveis e juridicamente seguros. Para isso, estamos constantemente dialogando com as instituições competentes e buscando respaldo legal para cada benefício aprovado.*"

Interlocução com o Tribunal de Contas da União

Apesar dos avanços, grandes desafios ainda estão no horizonte. A principal instituição questionadora é o TCU, que vem analisando as medidas implementadas pelo Conselho. Gorski explica que, a cada nova conquista, há a necessidade de enfrentar processos de tomada de contas, nos quais a legalidade dos benefícios é escrutinada.

"*Estamos escrevendo a história dos honorários advocatícios da Advocacia Pública junto ao TCU. As deciszões tomadas hoje serão determinantes para os próximos anos e para a segurança jurídica das conquistas da categoria*", destaca.

A atuação de Gorski evidencia um compromisso firme com a valorização da carreira dos procuradores federais. Com a ANPPREV como aliada, ele segue na busca por consolidar direitos e garantir avanços estruturais, enfrentando desafios institucionais e legislativos para garantir os interesses da carreira.

Advogado Público Federal, ativo ou aposentado

consulte seu extrato de honorários advocatícios com facilidade!

Como acessar:

Acesse: **honorarios.conselhocurador.com.br**
Faça login com seu **CPF e senha**
Ou, se preferir, utilize seu **certificado digital**

Esqueceu a senha?

O próprio site oferece opções de recuperação, com e-mail cadastrado ou dados pessoais (CPF, dados bancários e data de ingresso).

Em caso de dúvidas:

Entre em contato com o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA) pelo e-mail:
contato@cchadv.com
ou fale com a equipe da ANPPREV.

ANPPREV é a responsável pelos resultados concretos alcançados

Dr. Gilberto Lopes, representante da ANPPREV no estado de Pernambuco fala sobre conquistas alcançadas pela Associação graças ao trabalho em equipe

Formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Gilberto Lopes de Albuquerque foi procurador regional no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Após a extinção do Instituto, começou a trabalhar no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), como chefe do Serviço do Contencioso de Benefício e chefe de Serviço de Dívida Ativa, ambos na Procuradoria-Geral do INSS e, por último, procurador regional do INSS naquele estado. Atualmente, é aposentado e representante estadual da ANPPREV em Pernambuco.

Anteriormente, a representante da Associação no estado era Maria Antonieta, já falecida. No período em que ela atuou, Gilberto recebeu o convite da presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, para exercer a função de representante estadual adjunto e, ao longo do caminho, até ocupar a posição de representante estadual adquiriu algumas experiências. "*Como toda associação, o objetivo é reunir, é fazer com que o pessoal esteja sempre próximo. E o outro objetivo é a defesa do interesse da classe*", ressaltou Dr. Gilberto.

A busca por interlocuções para conquistar os direitos e reduzir as dificuldades dos associados definem o trabalho diário dos membros da Associação. "*Em meio a defesa dos interesses tem também a promoção de ações que vislumbram a diminuição de suas dificuldades*", complementou.

Na perspectiva do Dr. Gilberto, os progressos obtidos são graças a um esforço coletivo e objetivos em comum compartilhados entre os membros.

O representante estadual ressalta que, para alcançar os objetivos, a articulação política é essencial. "Aí entra uma ação que é a mais importante, a de interagir com o Congresso Nacional para obter alterações legislativas que beneficie a classe dos procuradores públicos federais", disse. "E a Dra. Maria Santíssima e o seu staff têm sido de uma eficácia impressionante. Acompanho a entidade desde a sua fundação e vejo que tem feito um trabalho de elogios", acrescentou.

Gilberto Lopes de Albuquerque, representante estadual da ANPPREV em Pernambuco

"Toda a luta sempre é em defesa dos interesses da classe de advogados públicos e uma que vai ser sempre constante é a permanência dos honorários advocatícios", destacou.

Para 2025, segundo Dr. Gilberto, a perspectiva é manter o diálogo constante com os três poderes e defender as principais pautas dos associados.

A ANPPREV está presente em todos os estados brasileiros!

De Norte a Sul, seguimos firmes ao lado dos procuradores e advogados públicos federais, oferecendo suporte, representatividade e compromisso com a valorização da carreira em todo o país.

Somos ANPPREV.
Somos a Casa do Procurador Federal.

ANPPREV
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS

A CASA DO PROCURADOR FEDERAL

GOLPE
DO FALSO ADVOGADO
SAIBA COMO SE PROTEGER.

Em caso de dúvida, fale com a ANPPREV pelos canais oficiais:
0800 648 1038 | (61) 3322-0170

DENUNCIE

Infelizmente, golpes que utilizam o nome de instituições públicas e escritórios de advocacia estão se tornando cada vez mais sofisticados. Para garantir sua segurança, siga estas orientações:

✅ Desconfie de contatos inesperados
Golpistas costumam agir com urgência e informalidade. Se alguém entrar em contato afirmando liberação de valores ou solicitando pagamentos, pare e verifique.

✅ Nunca compartilhe seus dados pessoais ou bancários
Informações como CPF, número de conta ou endereço só devem ser fornecidas pelos canais oficiais da ANPPREV.

✅ Não clique em links suspeitos
Evite acessar links enviados por desconhecidos, especialmente via WhatsApp ou e-mail.

✅ Não realize depósitos ou transferências
A ANPPREV e seus escritórios parceiros não cobram valores antecipados para liberação de processos ou honorários.

Talentos ANPPREV: sua casa, sua voz

De rima em rima, o procurador federal e associado, Antônio Carlos da Matta, traz leveza à própria vida e à dos colegas da carreira

Antônio Carlos da Matta, procurador federal e associado da ANPPREV

Vindo de Guarapuava, cidade localizada no centro-sul do Paraná, formado em Direito e aprovado no concurso para procurador autárquico federal do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em 1994, tomando posse na Procuradoria Regional do INSS em Botucatu (SP), Antônio Carlos da Matta, associado da ANPPREV, atualmente trabalha na equipe de Tempo Especial, Ações Revisionais e Segurados Urbanos da Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região. "*Encontro realização profissional na soma diária de esforços*", ressalta.

O procurador federal se identifica com o serviço público, independentemente do cargo, e gosta de servir à Advocacia Pública Federal. "*Realizo-me dia a dia. Gabriela Mistral, poetisa, educadora e diplomata chilena, agraciada com o Nobel de Literatura de 1945 chilena, escreveu um texto que, particularmente, gosto muito e procuro pôr em prática, chama-se O Prazer de Servir*", acrescenta.

Segundo Antônio, a decisão de se associar à ANPPREV está, principalmente, relacionada à missão que a Associação carrega. "*A ANPPREV, a Casa do Procurador Federal, cujos alicerces são confiança e experiência, solidificados com o decurso de mais de três décadas na defesa dos interesses de seus associados, representa-me plenamente*", destaca.

Além de se sentir representado pela Associação e realizado profissionalmente, em seu tempo livre se considera um ávido leitor e se dedica a construir seus próprios poemas, os quais registra em seu canal no YouTube Antônio Carlos da Matta - Poeta sob o título Pássaro-Semente. O canal foi criado em 2021 com a colaboração do irmão, que é músico e empresário, Sérgio da Matta.

A inspiração para criar poemas surgiu do gênero musical Música Popular Brasileira (MPB), que também o despertou para a criação de letras de canções. "*Lembro-me, a primeira vez que ouvi a canção Canteiros, poema de Cecília Meireles, na voz de Raimundo Fagner*", relembra.

Entre seus poemas, o que mais aprecia se chama Estrela-Guia. "*Recentemente publicado no canal do Youtube, revelou-me que a simplicidade e a paz de espírito são riquezas milenares*", destaca. Aos colegas de trabalho, procuradores federais, ele dedica essa produção.

Sobre seus poemas, pretende continuar dedicando-se ao trabalho cotidiano na Advocacia Pública Federal, à leitura e à escrita, e a criação de poemas permanecerá. "*Pretendo, em breve, voltar a publicar no formato tradicional, de forma impressa, e estrear no formato digital o meu livro Pássaro-Semente, que reúne cerca de 70 poemas inéditos*".

Abertura do CONPPREV de 2024

CONPPREV 2024: realizações coroadas, interlocução com os poderes e efetivação de políticas públicas definem 2024

Mais de três décadas lutando pelos interesses da Advocacia Pública

Neste ano, a ANPPREV completa 33 anos de história e dedicação em favor da Advocacia Pública Federal e dos interesses dos seus associados. Ao longo de sua atuação, registrou uma série de avanços em favor do fortalecimento da carreira.

Entre suas conquistas estão a alteração do percentual da cota-parte dos aposentados, o complemento do auxílio-saúde e do auxílio-alimentação com honorários, o pagamento retroativo das cotas extraordinárias, o ressarcimento das anuidades pagas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras conquistas.

Conquistas essas que foram possíveis graças ao fortalecimento da base em todo o país. A presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques destaca a importância dos representantes estaduais na concretização de temas de interesse dos associados. "*O representante é a ponte do Estado conosco para trazer a reivindicação do associado. Então, vamos valorizar a representação, vamos dar espaço para as representações.*"

Além disso, a autonomia da Advocacia-Geral da União (AGU) continua sendo tema de extenso interesse da ANPPREV, que reforça a sua luta constante pela defesa da autonomia do órgão para maiores avanços na prestação de serviços jurídicos de alta qualidade no país e, para demonstrar isso, ao longo de 2024, a Associação esteve presente em algumas reuniões para apoiar a pauta.

Um dos seus principais objetivos da entidade, é "*abrir uma ponte*" com o Executivo, Legislativo, Judiciário e a AGU, manter uma boa interlocução e conquistar novos direitos. A ANPPREV tem conquistado espaço nos três poderes e obtido os avanços desejados.

Em suma, para a presidente, 2024 se resumiu em uma espécie de coroação dos objetivos propostos. "*De 2023 para 2024, con-*

seguimos obter melhoras acentuadas para os nossos associados. Como por exemplo, a alteração dos critérios de cálculo dos percentuais dos honorários dos procuradores aposentados de 37% para 52%", relembra.

O ano foi marcado por metas estabelecidas e atingidas, dentro do que foi proposto pela diretoria. "*Se assentou novamente na cadeira onde esteve por muito tempo*", reforça Santíssima.

Todo ano, a ANPPREV realiza um evento voltado aos advogados públicos: o Congresso Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (CONPPREV). Sediado em Brasília entre os dias 26 e 28 de agosto de 2024, o evento deu ênfase ao trabalho da Procuradoria-Geral Federal no que se refere à construção de políticas públicas.

O Congresso trouxe como tema central **"O papel do Procurador Federal na efetivação das Políticas Públicas em prol da sociedade"** e foi marcado pela comemoração do aniversário da Associação, por discursos que reforçaram a importância da autonomia da AGU e contou com a presença de autoridades da advocacia pública. "*Nada mais correto do que focar em um tema que envolve o dia a dia deles, o trabalho constante deles*", pontuou Santíssima.

Dessa forma, o CONPPREV foi personalizado e planejado para tratar diversos assuntos em evidência na Advocacia Pública. "*Nós temos diamantes na casa e são eles que sabem da maioria dos problemas que enfrentam, das necessidades que têm, o que precisa ser construído e o que que precisa melhorar*", reforçou a presidente.

Além disso, durante o evento, ocorreu o lançamento da **Revista ANPPREV de Seguridade Social (RASS)** e de duas obras literárias: "*Direito Administrativo 4.0: Desafios na Era das Novas Tecnologias*" e "*Desafios Contemporâneos da Advocacia Pública Ambiental*". Também foram convidados especialistas renomados que discutiram os desafios ambientais, a transição climática, a modernização da legislação tributária e os novos caminhos para a resolução e prevenção de conflitos.

Outro momento de destaque do CONPPREV foi o comitê "*ANPPREV por Elas*", que abriu discussões sobre a conscientização a respeito de temas pertinentes às mulheres e temas de interesse das advogadas públicas. "*A contribuição da mulher é ímpar e como a ANPPREV está preocupada em buscar a garantia dos direitos dos associados, não pode de forma alguma se distanciar da questão de gênero*", salientou Santíssima.

No último dia do evento (28 de agosto), ocorreu o encerramento e o aniversário da ANPPREV, com direito a um jantar e celebração dos avanços obtidos para a advocacia pública.

Em agosto de 2025, ocorrerá o **Congresso ANPPREV-ANAJUR, que será realizado nos dias 26 a 29 de agosto deste ano em Brasília (DF).** O tema definido para o evento foi **"Litigância contra o Poder Público e a Consensualidade na Administração Pública".**

Diretoria, representantes e associados reunidos no XXIII CONPPREV

Retrospectiva ANPPREV 2024

ANPPREV consolida vitórias importantes em 2024 e reafirma protagonismo na defesa da Advocacia Pública Federal

O ano de 2024 foi marcado por conquistas significativas para os procuradores e advogados públicos federais – ativos, aposentados e pensionistas –, fruto do trabalho técnico, estratégico e articulado da ANPPREV. Com atuação presente nos cenários legislativo, executivo e judiciário, a Associação assegurou avanços concretos em pautas históricas da categoria, reafirmando seu papel como entidade representativa ativa, combativa e comprometida com a valorização e com a defesa dos direitos dos Advogados Públicos Federais.

No campo legislativo, entre os principais destaques de 2024, considerada uma vitória para a Advocacia Pública, está a aprovação da PEC 10/2023 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Essa conquista foi decorrência de uma mobilização conjunta da ANPPREV e entidades do Fórum Nacional da Advocacia Pública (FORVM). A proposta que institui uma parcela mensal de valorização por tempo de exercício à Advocacia Pública, atualmente aguarda ser pautada no Plenário do Senado Federal.

A defesa dos honorários de sucumbência também esteve no centro das mobilizações. A ANPPREV atuou para impedir o avanço do PL 6381/2019, que previa o fim da verba honorária para advogados públicos.

Além disso, a entidade fortaleceu o trabalho para o apensamento da PEC 6 à PEC 555, com o objetivo de extinguir a contribuição previdenciária de servidores aposentados.

Ainda no âmbito legislativo, a Associação foi protagonista na apresentação do PL 2302/2024, em articulação com o deputado Rubens Pereira Júnior. O projeto reconhece a Advocacia Pública como atividade de risco permanente e prevê medidas protetivas para seus membros.

Com foco permanente na valorização institucional da carreira, a ANPPREV atuou na articulação por apoio orçamentário a projetos da AGU, com vistas à ampliação da estrutura, melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional de seus membros.

Outra conquista expressiva veio no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o julgamento do Tema Repetitivo 1102, em que a corte Superior se pronunciou no sentido de que 'os acordos administrativos não homologados não serão reconhecidos para fins de impugnação ao pagamento do reajuste, devendo ser compensadas as parcelas pagas administrativamente'. A decisão da Corte Superior permitiu a vários interessados a cobrança das parcelas remanescentes àquelas pagas administrativamente.

No campo remuneratório, a ANPPREV

também teve papel fundamental na assinatura do termo de acordo que garantiu o reajuste do subsídio das carreiras da Advocacia-Geral da União (AGU), bem como na defesa da implementação dos benefícios de auxílio-saúde e auxílio-alimentação para os membros da carreira. Conquistas que são frutos de requerimentos e atuação ativa da Associação junto ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA) e Advocacia-Geral da União (AGU).

Em outra frente, a Associação trabalhou ativamente para a elevação da cota destinada a aposentados de 37% para 52%, uma conquista consolidada em 2023, com efeitos práticos sentidos ao longo de 2024.

Na área administrativa, ampliou a defesa do direito ao auxílio-saúde suplementar, promovendo requerimentos, reuniões técnicas e a formalização de sua condição de terceiro interessado em representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Internamente, a entidade retomou sua participação no MOSAP – Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas –, reforçando sua dedicação na defesa dos direitos dos inativos.

Além dessas vitórias, a Associação promoveu eventos, como o XXIII Congresso Nacional da ANPPREV, que reuniu autoridades, juristas e associados de todo o país para refletir sobre os rumos da Advocacia Pública Federal.

Mais que resultados, essas conquistas representam a reafirmação de um compromisso da ANPPREV: fortalecer a Advocacia Pública e assegurar que cada associado(a) tenha voz e se sinta representado(a).

Conquistas

A atuação estratégica da ANPPREV no âmbito judicial segue gerando resultados concretos para seus associados. Confira a seguir um panorama das principais vitórias em 2024, ações em curso e oportunidades jurídicas.

28,86%

ANTES

- Precatórios bloqueados por motivo de litispendência;
- Remessa dos processos para o Núcleo de Justiça 4.0 – Oiapoque (AP);
- Propostas de acordo pendentes de homologação;
- Embargos à execução sobrestados até conclusão do acordo;
- Processos estagnados na Vice-Presidência do TRF1.

ATUALMENTE

- 110 precatórios foram desbloqueados até dezembro de 2024 (mediante documentação comprobatória para afastar litispendência);
- Processos retornaram para a Central de Conciliação de Julgados (CCJ) para conclusão do acordo;
- Todos os acordos juntados aos autos, homologados;
- Vice-presidência do TRF1 decide em todos os processos.

Localização Atual dos Processos

Com a devolução dos processos do Núcleo de Justiça 4.0 do Oiapoque (AP) para a Seção Judiciária do Distrito Federal, houve a seguinte divisão:

a. Cumprimentos de Sentença foram remetidos para a CCJ;
b. Embargos à execução foram remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 do Distrito Federal, para prosseguimento.

Exequentes com Litispendência não Saneada

Exequentes com litispendências, a documentação apta a afastar a alegação deve ser encaminhada o quanto antes para o Jurídico da ANPPREV, ressalvados os casos de litispendência com a ação da ANASPS, onde deverão ser observadas as seguintes orientações:

a. Comprovar que não receberam créditos na ação da ANASPS;
b. Se receberam as parcelas do reajuste em outra ação ou não conseguiram levantar a documentação apta a afastar a litispendência – para esses casos especiais, os advogados da causa estão estudando alternativas.

GDAJ

Situação atual do Acordo

Já são cerca de 800 precatórios expedidos e incluídos no exercício financeiro de 2026 e 2027.

O grupo prioritário mais de 80 anos poderão levantar seus créditos em 2026.

Herdeiros

Os herdeiros dos exequentes falecidos deverão procurar o Jurídico da ANPPREV para obter orientação sobre a habilitação e sucessão processual.

3,17%

Localização Atual dos Processos

Com a devolução dos processos do Núcleo de Justiça 4.0 do Oiapoque (AP) para a Seção Judiciária do Distrito Federal, houve a seguinte divisão:

a. Cumprimentos de Sentença foram remetidos para a CCJ;
b. Embargos à execução foram remetidos para o Núcleo de Justiça 4.0 do Distrito Federal, para prosseguimento.

Exequentes comLitispendência não Saneada

Exequentes com litispendências, a documentação apta a afastar a alegação deve ser encaminhada o quanto antes para o Jurídico da ANPPREV, ressalvados os casos de litispendência com a ação da ANASPS, onde deverão ser observadas as seguintes orientações:

a. Comprovar que não receberam créditos na ação da ANASPS;
b. Se receberam as parcelas do reajuste em outra ação ou não conseguiram levantar a documentação apta a afastar a litispendência – para esses casos especiais, os advogados da causa estão estudando alternativas.

PSS 1/3 de férias

A ação que reconheceu devida a restituição do PSS sobre 1/3 de férias, relativa ao período de 2002 até 2007, também foi objeto de acordo.
As tratativas com a PFN ocorreram com celeridade, de modo que a PFN já concordou com os cálculos apresentados pela ANPPREV.
Preparação para expedições das RPVs em andamento.
***Associados que não constem no rol originário da ação poderão executar a ação do SINPROPREV, cuja convocatória acontecerá ainda no segundo semestre deste ano.

Progressão Funcional

Quem pode promover o Cumprimento de Sentença

Podem executar a correção monetária incidente sobre os efeitos, os Procuradores que constam no rol anexo à Portaria PGF n. 462/2006.

Prazo

Prazo prescricional abril de 2026

PASEP

Quem pode propor ação

Servidores Públicos Federais, Estaduais, Distritais e Militares, ativos, aposentados e pensionistas, e seus herdeiros, desde que tenham mantido vínculo com o serviço público antes de 04/10/1988, quando houve a extinção do Fundo PIS/PASEP.

Sobrestamentos

O STJ afetou o Tema 1.300, que trata da controvérsia "de quem é o ônus de provar que houve falha na remuneração das contas individuais, se da instituição financeira ou do titular da conta".
Até o julgamento definitivo do tema, a Corte Superior determinou o sobrestamento do processo que tratam da recomposição das contas PASEP.

Prazos e Prescrição

De acordo com o Recurso Repetitivo – Tema 1.15_0, a Corte Superior definiu que o Banco do Brasil é parte legítima para compor o polo passivo.

Providências

Como providências preliminares à adesão da ação, os interessados podem requerer junto ao Banco do Brasil:

a. os extratos microfilmados, que se referem ao período desde a data da criação da conta PASEP até 1999;
b. os extratos complementares da conta individualizada PASEP a partir de 1999.

Resultados Gerais (2024-2025)

Total de Precatórios Expedidos e Desbloqueados

Aproximadamente 1.010

Novos Cumprimento de Sentença

Aproximadamente 100

Acordos de Paridade – CCHA

Acordo das Paridade dos Honorários: 848

Quantidade de acordos judiciais em andamento

5

Atendimento Jurídico de janeiro de 2024 a maio de 2025

Por e-mail: 1.800
Por Whatsapp: 4.800

Oportunidades em Aberto

28,86% - ACP – Prazo fatal set/2026

Interessados podem procurar o Jurídico da ANPPREV e obter a documentação para habilitação no cumprimento de sentença.

Progressão Funcional – Prazo fatal dez/ 2025

Interessados que constam no rol anexo à Portaria PGF n. 462/2006 podem procurar o Jurídico da ANPPREV e obter a documentação para habilitação no cumprimento de sentença.

PSS sobre 1/3 de Férias – Prazo set/2026 e jan/2028

Interessados podem procurar o Jurídico da ANPPREV para se informar sobre qual ação faz parte e obter a documentação para habilitação no cumprimento de sentença

PASEP – Prazo Individual

Interessados que já obtiveram os extratos da conta individualizada PASEP podem procurar o Jurídico da ANPPREV e obter a documentação para habilitação no cumprimento de sentença.
Prazo decadencial contado a partir do momento em que foi possível o beneficiário tomar conhecimento de que houve falha na remuneração da conta.

Dúvidas? Entre em contato com o nosso Departamento Jurídico pelos seguintes canais:
Telefone: **0800 648 1038 - 61 98198-8358 (WhatsApp)**
E-mail: **juridico@anpprev.org.br**

Benefícios para associados da ANPPREV

Mais vantagens para nossos associados.

Na ANPPREV, o cuidado com os associados vai além da representação institucional. Oferecemos uma rede completa de benefícios, pensada para valorizar sua rotina, ampliar oportunidades e proporcionar mais bem-estar para você e sua família.

Por meio de parcerias estratégicas, nossos filiados têm acesso a clubes de vantagens exclusivos, convênios institucionais e condições especiais em produtos e serviços em todo o Brasil.

Conheça os principais destaques:

ANPPREV CARD

Clube de Vantagens Descontos e praticidade para o seu dia a dia

O AnpprevCard é um clube de benefícios exclusivo para os associados da ANPPREV, com acesso gratuito e fácil pela plataforma digital.

✅ *Descontos em farmácias, lojas, restaurantes e serviços diversos*
✅ *Vantagens em academias, clínicas, cursos e educação continuada*
✅ *Usabilidade simples e ampla rede de parceiro*

ASAclub

Clube de Vantagens
Bem-estar, lazer e economia com você

O AsaClub oferece convênios em diversas áreas e se destaca pelo acesso ao Wellhub, com planos acessíveis para academias e atividades físicas.

✅ *Descontos em turismo, hospedagens, passagens e aluguel de veículos*
✅ *Benefícios em saúde, beleza, educação e serviços*
✅ *Vantagens estendidas a dependentes*

Clube Anasps

Qualidade de vida com abrangência nacional

Com o Clube ANASPS, os associados da ANPPREV têm ainda mais opções de economia e bem-estar:

✅ *Convênios com instituições de ensino, farmácias, cinemas e academias*
✅ *Planos odontológicos e serviços de saúde com condições especiais*
✅ *Plataforma acessível e atendimento em todo o país*

💡 E tem muito mais!

Acesse nosso site e descubra a lista completa de convênios disponíveis. São dezenas de parcerias pensadas para facilitar a sua vida e gerar mais valor à sua filiação.

📲 www.anpprev.org.br

CONGRESSO ANPPREV & ANAJUR

Brasília -DF
Agosto/2025

Litigância contra o Poder Público e a Consensualidade na Administração Pública

INSCREVA-SE EM UM DOS MAIORES ENCONTROS DA ADVOCACIA PÚBLICA!

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e faça a sua inscrição!

26 a 29 de Agosto

Mais informações :
61 99677-0396

ANPPREV
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS

A CASA DO PROCURADOR FEDERAL

ANAJUR
Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União

ANPPREV
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES
E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS

A CASA DO **PROCURADOR FEDERAL**

Siga a **ANPPREV**
nas rede sociais

REMETENTE:

Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais - ANPPREV

SAUS 06 Bloco K, Ed. Belvedere, Grupo IV
Brasília/DF - **CEP 70. 070-915**

61 3322-0170 / 0800 648 1038